

Projeto-piloto prevê fiscalização da dragagem no Porto

Antaq prepara projeto-piloto para fiscalização de dragagem

Porto de Santos deve ser contemplado pela iniciativa, com avaliação de contratos e operações sobre o tema

SABARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) prepara um projeto-piloto voltado à fiscalização de dragagem em portos públicos no próximo ano e Santos deve ser um dos contemplados. Serão analisados os contratos e as operações nos canais de navegação. O serviço consta no Plano Anual de Fiscalizações 2023 da agência, aprovado na última quinta-feira e que será publicado no Diário Oficial da União (DOU) na próxima semana.

O projeto-piloto será elaborado a partir das análises já em andamento no Porto de Itajaí (SC) e direcionará as fiscalizações de dragagem nos portos escolhidos, no ano que vem. Os complexos portuários que serão analisados ainda não foram definidos, mas Santos pode ser um deles.

Para a Tribuna, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, falou em "trabalhar para que os portos se tornem cada vez mais eficientes e produtivos".

"Vamos direcionar uma série de fiscalizações em 2024 para identificar problemas nos contratos de dragagem e como as autoridades se preparam para tratar dessa questão. Serão analisadas as partes jurídica e operacional, se os contratos são cumpridos a contento, se a autoridade portuária está se preparando para fazer uma nova licitação, se antecipando e eliminando o gargalo que ocorre nos portos por falta de dragagem de manutenção e de aprofundamento".

Em nota à Reportagem, a Autoridade Portuária de Santos (APS) diz que fez estudos para avaliar a melhor modelagem dos futuros contratos de dragagem. "A fim de garantir uma maior eficiência no planejamento e execução das interven-



As dragagens de manutenção e aprofundamento são processos vitais para que navios cada vez mais robustos possam operar no porto santista

MINIMIZAR RISCOS

"Vamos direcionar uma série de fiscalizações em 2024 para identificar problemas nos contratos de dragagem e como as autoridades se preparam para tratar dessa questão. Serão analisadas as partes jurídica e operacional, se os contratos são cumpridos a contento, se a autoridade portuária está se preparando para fazer uma nova licitação"

Eduardo Nery
Diretor-geral da Antaq



ções, a APS está viabilizando um novo estudo detalhado para a atualização das taxas de assoreamento da infraestrutura aquaviária do complexo santista". Levando em conta as pro-

jeções de crescimento de carga e navios, a gestora do Porto de Santos vem adotando medidas para viabilizar obras de dragagem de aprofundamento do canal de navegação a curto e mé-

dio prazo. No momento, encontra-se em elaboração o anteprojeto da dragagem de aprofundamento para 16 metros, que deve ser executada até o final de 2026. "Há

previsão de que a publicação de um novo edital de dragagem de manutenção ocorra ainda este ano", finaliza a APS.

PLANO DE FISCALIZAÇÕES

O Plano Anual de Fiscalizações 2023 da Antaq está dividido em cinco eixos temáticos: relatório de monitoramento do desempenho da administração portuária; mapeamento de iniciativas em governança ambiental, Social e corporativa (ESG); navegação marítima - análise qualitativa dos contratos de afretamento; navegação interior - caracterização de pontos de atracação; e identificação das causas de cobranças abusivas de sobretaxas de contêineres. Segundo o diretor-geral da Antaq, "o planejamento é feito para orientar as nossas ações", com o intuito de "aumentar a intensidade de fiscalizações em quem tem

DIVISÃO

Os portos de Santos, Manaus (AM), Suape (PE) e Rio Grande (RS) devem ser analisados sobre relatórios de monitoramento de desempenho das administrações portuárias. Já os terminais de Itajaí (SC), Portonave (SC) e Paranaguá (PR) serão fiscalizados em relação ao mapeamento de práticas ESG, sob as perspectivas de eficiência energética e redução de emissões; gestão de resíduos; proteção ambiental; engajamento com a comunidade local; e transparência e governança, no terceiro eixo, que diz respeito à análise dos contratos de afretamento, dez contratos de cada grupo (cabotagem, longo curso, apoio portuário e apoio marítimo) serão analisados pela Superintendência de Fiscalização e Controle (SFC) da Antaq, todos referentes às autorizações concedidas em 2022.

um número maior de infrações e desconformidades cometidas. Temos direcionado as fiscalizações às áreas temáticas para poder identificar as causas de problemas".

Nery explicou que serão feitos diagnósticos "na parte operacional, questão financeira-orçamentária e gargalos operacionais, para que se tenha uma visão das causas que podem estar gerando gargalos de baixa produtividade, ineficiência para auxiliar, inclusive, na formulação de políticas públicas pelo Ministério de Portos e Aeroportos e direcionar a nossa regulação também. Já selecionamos cinco portos esse ano, incluindo Santos".

Relatório de processo, Nery explicou que a proposta apresentada pela área técnica não contempla sobretaxas de contêineres. "A gente já fez inúmeras fiscalizações durante o ano, provocadas por denúncias ou por iniciativa da própria agência. Grande parte delas a partir de denúncias, com base na nossa regulação, que estabeleceu os direitos e deveres dos usuários. A partir dela, os usuários passaram a provocar a agência com mais objetividade em relação a esse tema".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar Caderno: A Página: 8